

SERVIÇO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: REFLEXÕES ACERCA DO PROCESSO DE
EMANCIPAÇÃO HUMANA

SOCIAL WORK AND SOCIAL MOVEMENTS: REFLECTIONS ABOUT THE HUMAN
EMANCIPATION PROCESS

Ester Benevides Dias Lima¹

Luci Faria Pinheiro²

Júlia Figueiredo do Amaral Cruz³

Victória do Livramento⁴

Resumo: Trata-se de um trabalho temático que através da revisão da bibliografia e videografia da disciplina de graduação "Movimentos sociais e Questão social", propomos estimular a produção sobre o objeto de estudo, de forma articulada aos princípios e valores ético-políticos do Serviço Social em sua política de formação, afirmando a importância de aprofundar o papel profissional na formação da consciência de classe, no contexto de radicalização da ordem do capital. Nesse sentido, fundamentando-se na teoria marxista, o artigo aborda a relação entre questão social e movimentos sociais, destacando nela as lutas sociais como o meio pelo qual a classe trabalhadora reage contra a produção e reprodução ampliada das desigualdades sociais inerentes ao capitalismo, bem como, o processo de tomada de consciência "em si" e "para si" da classe trabalhadora. Partindo dessa discussão, entendemos que as categorias totalidade e cotidiano são fundamentais para a análise do método que deve compreender a organização política da classe trabalhadora. Além disso, defendemos a efetiva articulação entre Serviço Social e movimentos sociais como parte integrante de sua formação profissional. Por fim,

¹ Estudante do curso de graduação em Serviço Social. Bacharelado em Serviço Social em andamento pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). ORCID: 0000-0002-2102-0778. E-mail: esterbenevides@id.uff.br

² Assistente Social. Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Doutora em Antropologia e Sociologia Política pela Université Paris 8. Professora Associada III da Universidade Federal Fluminense de Niterói, na Escola de Serviço Social. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Serviço Social, Movimentos Sociais e Novos Projetos Societários na América Latina (LASSAL). ORCID: 0000-0001-9112-0670. E-mail: lucifariapinheiro@gmail.com

³ Estudante do curso de graduação em Serviço Social. Bacharelado em Serviço Social em andamento pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). ORCID: 0000-0002-3496-6503. E-mail: juliafacruz@gmail.com

⁴ Estudante do curso de graduação em Serviço Social. Bacharelado em Serviço Social em andamento pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Universidade Federal Fluminense de Niterói (UFF). ORCID: 0000-0002-6168-6320. E-mail: victorialivramento@id.uff.br

Artigo submetido em: 17 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 19 de julho de 2022.

p. 11-30, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202219>



examinamos o recrudescimento da agenda neoliberal no Brasil e apontamos saídas para a classe trabalhadora resistir ao quadro de barbárie instaurado.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Serviço Social. Formação Profissional. Questão Social.

Abstract: It is a thematic work that, through the review of the bibliography and videography of the undergraduate course "Social Movements and Social Issue", we propose to stimulate the production on the object of study, in an articulated way to the ethical-political principles and values of Social Work in its training policy, affirming the importance of deepening the professional role in the formation of class consciousness, in the context of radicalization of the order of capital. In this sense, based on Marxist theory, the article addresses the relationship between social issues and social movements, highlighting social struggles as the means by which the working class reacts against the production and expanded reproduction of social inequalities inherent to capitalism, as well as, the process of awareness "in itself" and "for itself" of the working class. Starting from this discussion, we understand that the categories totality and daily life are fundamental for the analysis of the method that must understand the political organization of the working class. In addition, we defend the effective articulation between Social Work and social movements as an integral part of their professional training. Finally, we examine the resurgence of the neoliberal agenda in Brazil and point out ways for the working class to resist the established barbarism.

Keywords: Social Movements. Social Service. Professional Training. Social Issue.

INTRODUÇÃO

O embate entre capital e trabalho é expressão de uma intensificação das desigualdades de classe, que se colocam de forma intensa na atual conjuntura brasileira, desencadeando por sua vez, processos de lutas sociais como resistência da classe trabalhadora. Os movimentos sociais constituem um caminho ímpar de enfrentamento das desigualdades de classe, construindo processos de organização de toda a classe. Essa perspectiva foi adotada na disciplina de graduação em Serviço Social "Movimentos Sociais e Questão Social", ministrada por uma das autoras e articulada a um projeto de extensão, dando origem ao presente artigo, como critério de avaliação, no segundo semestre de 2021.

O referido trabalho esboça uma análise sobre a construção dos movimentos sociais, apontando categorias teóricas basilares para sua compreensão na perspectiva da emancipação da classe trabalhadora. Parte-se de reflexões acerca da questão social, luta de classes, movimentos sociais e direitos sociais, explicando teoricamente como se encaminham dialeticamente, considerando as especificidades do Brasil contemporâneo, cujo contexto é de desmonte das políticas públicas, como estratégia de negação dos direitos

sociais. Serão analisadas as relações presentes entre as expressões da questão social e os movimentos sociais como forma de enfrentamento das forças ultraconservadoras que tomam o poder, impondo novos desafios no cotidiano da lógica capitalista e, por sua vez, na execução das políticas sociais.

Ademais, abordamos a importância da compreensão da consciência de classe, como forma de superação da ordem capitalista enquanto projeto da classe trabalhadora. Os movimentos sociais se manifestam mediante processos de enfrentamento das contradições sociais, podendo até a forma elaborada de consciência, desenvolver perspectivas reformistas ou não muito claras, que reforçam o projeto do capital. Procura-se encaminhar a discussão para o esforço de articulação do Serviço Social com os movimentos sociais no processo de formação profissional, destacando como se constitui essa relação na história de luta da categoria profissional, evoluindo para a defesa intransigente dos interesses da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, entende-se: que o cotidiano é uma esfera de reprodução das relações sociais, onde incidem as contradições e reestruturação do capital e que estudantes e profissionais não estão isolados das correlações de forças em disputa no cenário político. Diante disso, evidencia-se a necessidade de debater o currículo do profissional como estratégia de suspensão do cotidiano, a fim de promover a reflexão crítica nos espaços de trabalho.

Destacamos que a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988, demarca um novo momento nos movimentos sociais, em luta por efetivação dos direitos sociais. A adesão da categoria profissional ao projeto dos trabalhadores se encaminha mediante os pressupostos ético-políticos e teórico-metodológicos das/os assistentes sociais, em sintonia com a democratização da sociedade, demarcada pela derrota do regime civil-militar que se esgota em 1986. A discussão proposta desembocará nos impactos de ascensão das forças de extrema-direita ao poder, tomando a direção das contrarreformas do Estado e seus reflexos nos retrocessos nos movimentos sociais.

QUESTÃO SOCIAL E MOVIMENTOS SOCIAIS: REBATIMENTOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

Especificamente na forma de produção do capital, a pobreza é entendida como consequência das relações sociais entre as classes e atinge a totalidade da vida dos

indivíduos que compõem tal sociedade (IAMAMOTO, 2001). Ela é resultado da forma de distribuição dos meios de produção e não do modo de distribuição de renda - como era em sistemas econômicos precedentes. O pauperismo é uma condição da existência do sistema capitalista, derivado das formas como o *trabalho* é utilizado e do grau de exploração necessária, de acordo com a finalidade de lucratividade. As configurações assumidas pelo capital são indissociáveis da questão social, que se situa numa arena de disputas de projetos societários, delimitados conforme os distintos interesses de classe, onde se constroem concepções e propostas para a condução das políticas econômicas e sociais (IDEM).

Constituindo-se então, como conglomerado das expressões das desigualdades sociais e fruto indispensável do processo de acumulação do capital, a questão social se conforma como o motivo substancial para a existência/exigência (via lutas sociais) das políticas sociais públicas - em vista da precarização da vida da classe trabalhadora. Seu enfrentamento requer o combate às disparidades entre as classes nos âmbitos político, econômico e cultural, atravessados diretamente por questões de gênero, etnia, orientação sexual, deficiências físicas e psíquicas, etc.

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no centro político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77).

Ou seja, o enfrentamento da questão social implica em assumir a existência da luta de classes, haja visto que o capitalismo é em essência um sistema de produção e reprodução das desigualdades sociais. O caminho para que a classe trabalhadora enfrente a produção e reprodução ampliada da pobreza e todas as expressões da questão social é o das lutas sociais. Os direitos sociais são fruto do processo de organização da classe dominada, contra a sua superexploração. As conquistas obtidas nesse processo, são marcadas por uma longa e permanente trajetória de luta, uma vez que nenhum direito adquirido é totalmente assegurado enquanto houver embate entre capital e trabalho.

As lutas sociais emergem das contradições fundamentais da ordem do capital e se expressam de diversas formas (IASI, 2013). Através delas houve um enfrentamento do domínio privado nas relações entre capital e trabalho, e, com isso, a questão social passou a ser pauta evidente e de discussão na esfera pública, exigindo atenção e interferência

do Estado, pelo reconhecimento e legalização dos direitos sociais da classe trabalhadora (IAMAMOTO, 2001). O confronto com as desigualdades sociais em busca de reconhecimento dos direitos referentes ao trabalho, possibilitou a emergência da classe operária e o seu ingresso no cenário político, processo pelo qual surge a consciência da organização política, em defesa dos direitos sociais e políticos para todos os indivíduos sociais (IDEM).

O conceito de classe e sua dimensão de totalidade perpassa com extrema relevância os trabalhos de Marx, contribuindo para explicar a natureza da divisão social capitalista em sua dimensão econômica (MATTOS, 2007). Para Marx, a massa da população de um país capitalista é transformada em trabalhadores a partir das condições econômicas. É a dominação do capital que os torna massa de trabalhadores, numa situação em comum e divergente aos interesses capitalistas. Por isso, no que se refere à oposição ao capital, essa massa já é uma classe, embora, em contrapartida, não seja uma "classe para si". A conformação da classe "para si" é alcançada através, especialmente, das lutas sociais e de um concomitante processo de construção da consciência de classe dos trabalhadores, onde há de um lado, a identificação de interesses comuns entre as mais variadas categorias profissionais e, de outro, a identificação da oposição de interesses contra outra(s) classe(s) (IDEM).

Na constituição da consciência "para si", o trabalhador passa a perceber a estrutura social como a causa real das desigualdades sociais, questionando as bases do modo de produção capitalista e se colocando cada vez mais, objetivamente, frente aos desafios da luta pelo fim da exploração do capital. Logo, a consciência "para si" extrapola e "sucede" a consciência "em si" ou consciência reivindicatória, momento em que o trabalhador se reconhece na condição de uma classe que vive do trabalho, que existem outros na mesma condição e que a luta conjunta é a única forma de atingir socialmente seus interesses.

Dessa maneira, os trabalhadores se unificam à luta coletiva, transformando seus interesses em um projeto de classe. Segundo Marx, a luta entre as classes é uma luta política. Essa reflexão ganha contornos no texto em coautoria com Engels, *A Ideologia Alemã* (1932): "os diferentes indivíduos só formam uma classe quando se veem obrigados a sustentar uma luta comum contra outra classe" (apud MATTOS, 2007, p. 48).

Conforme introduzido acima, o modo de produção capitalista é um sistema que se fundamenta na "acumulação da miséria relativa à acumulação do capital"⁵, e a condição de classe dominada, aliada ao conjunto das expressões das desigualdades sociais - leia-se da questão social - são os elementos que impulsionam o movimento de reação da classe trabalhadora, contra a opressão a que é submetida em prol do acúmulo privado de capital. É nesse processo de luta inicial da consciência "em si", restrita ao âmbito de atividade, e "para si", enquanto classe que vive do trabalho, que os trabalhadores se organizam de forma consciente, na construção efetiva de movimentos sociais, que respondam às questões específicas e se aliam entre si, com os partidos, os sindicatos, dentre outros movimentos da classe trabalhadora, para imporem a vontade da classe através de um projeto societário.

Para Gonh (2019, p. 71):

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e (ou) opressão sóciopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos desse processo, quando há ruptura da "ordem" dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.

É importante salientar que os movimentos sociais consistem em uma ação projetada como resposta a algum tipo de insatisfação social, não sendo exclusivos e nem homogêneos, enquanto expressão da consciência de classe. Mas envolvem níveis diferenciados de consciência, constituindo tendências progressistas reformista-democráticas, como também, reformista-conservadoras. As revoluções socialistas representam um ponto de chegada, mas também o desenvolvimento do nível de organização dos extratos da classe trabalhadora, que nesse processo ocupa um espaço no debate político e atrai para o seu projeto diferentes setores. Ao mesmo tempo em que

⁵ De acordo com a síntese realizada por Marilda lamamoto "[...] o crescimento da força de trabalho disponível é impulsionado pelas mesmas causas da força expansiva do capital, expressando a lei geral da acumulação capitalista. Esta é modificada em sua realização pelas mais variadas circunstâncias, fruto do aperfeiçoamento dos meios de produção e do desenvolvimento da produtividade do trabalho social mais rápido do que a população trabalhadora produtiva. A lei da acumulação se expressa, na órbita capitalista, *às avessas*: no fato de que parcela da população trabalhadora sempre cresce mais rapidamente do que a necessidade de seu emprego para os fins de valorização do capital (Marx, 1958:209). *Gera, assim, uma acumulação da miséria relativa à acumulação do capital, encontrando-se aí a raiz da produção/reprodução da questão social na sociedade capitalista.*"(2001, p.15-16, grifo do autor).

institui-se uma disputa permanente, de acumulação de forças, capazes de se unirem aos partidos revolucionários, para pôr um fim à exploração da ordem vigente.⁶

Desencadeada pela crise econômica mundial desde 1970, em razão segundo Freitas, da superprodução gerada pelo padrão fordista-Keneysiano, emerge “a terceira fase do estágio imperialista, configurada no capitalismo contemporâneo” (FREITAS, 2016, p. 2). Essa fase é caracterizada pela globalização do capital - e, conseqüentemente, da questão social (IAMAMOTO, 2001). A orientação política-econômica-ideológica neoliberal prega um Estado mínimo para a classe trabalhadora e um Estado máximo para o capital (NETTO, 2012). Além disso, essa crise é gerada pela reestruturação produtiva, que passa a se conduzir pela “acumulação flexível” (HARVEY, 2003), baseada no Toyotismo. Ricardo Antunes (2000, p. 35) evidencia que:

A sociedade contemporânea, particularmente nas últimas duas décadas, presenciou fortes transformações. O neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, dotadas de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos nefastos, um monumental desemprego, uma enorme precarização do trabalho e uma degradação crescente, na relação metabólica entre homem e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias, que destrói o meio ambiente em escala globalizada.

Esse quadro tem colocado em cheque o enfrentamento à questão social e suas expressões, conformando um Estado não mais responsável pela preservação dos direitos sociais. Com efeito, a questão social sempre representa uma referência aos riscos que sofre a ordem do capital, tendo em vista que a lógica estabelecida procura explorar ao limite a força de trabalho, gerando a insatisfação social. A revolta da classe trabalhadora pode se generalizar, ameaçando a ordem decorrente desse projeto, baseado na acumulação e sua ruptura. São estas condições que desencadeiam a organização dos movimentos sociais, culminando num projeto socialista para emancipação de toda a classe.

Apesar do processo de recrudescimento da dominação e exploração sobre os trabalhadores, observa-se na atual conjuntura, o aprofundamento das expressões da

⁶ Lenine (1980, p. 283) explica por exemplo, sobre a história do bolchevismo, que a imprensa é um termômetro da forma como se apresenta socialmente a luta de classes, nos anos de revolução (1905-1917). Diz ele: “todas as classes actuam abertamente. Todas concepções programáticas e táticas são aferidas pela acção das massas. Amplitude e agudeza da luta grevista sem precedentes no mundo. Transformação da greve econômica em política e da greve política em insurreição. Comprovação prática das relações entre o proletariado dirigente e o campesinato dirigido, vacilante e instável. Nascimento no desenvolvimento espontâneo da luta, da forma soviética de organização. As discussões de então sobre o significado dos Sovietes antecipam a grande luta de 1917-1920”. Não se pode negar pois que a luta de classes existe e está transparente, sobretudo pelas correntes que a expõe, por meio de um debate persistente.

questão social. Paradoxalmente, esse quadro provoca a efervescência das lutas sociais através dos movimentos sociais, tornando possível um tensionamento da ordem vigente e o acúmulo de forças, que baseadas em experiências revolucionárias no seio da classe, encaminham o processo de formação de uma nova cultura e ao mesmo tempo, da consciência revolucionária. Devido a colisão entre a reprodução ampliada de capitais - própria da dinâmica de produção dessa sociedade -, o conhecimento da complexidade de suas relações, numa relação de aproximação entre as partes em busca da totalidade, é o método de Marx para a construção de uma nova sociedade sem exploração. No processo de produção e reprodução das condições materiais de existência humana e da totalidade das relações entre os homens - as quais apresentam uma relação de indissociabilidade, existe a possibilidade da superação do sistema capitalista. Essa é a razão pela qual os trabalhadores devem lutar, a partir da constituição da consciência de classe, pela construção de uma nova história. Portanto, os movimentos sociais representam esferas de democratização e, suas experiências, significam um importante legado das lutas dos trabalhadores, para avaliação das condições históricas de emergência de processos revolucionários, até então.

Nesse processo de desenvolvimento e crise do capital, movimentos sociais de caráter identitário, por exemplo, emergem com força, agregando novos tensionamentos à ordem social democrática, em compensação ao descenso das lutas dos trabalhadores provocado pela fase de mundialização do capital. Esse contexto é acelerado pelos avanços tecnológicos, em compasso com a redução do Estado de direitos e o aumento do desemprego, numa economia protagonizada pelo mercado financeiro, em consonância com o processo de desindustrialização em nosso país. Essa conformação do capital vem desencadeando uma corrosão do projeto dos trabalhadores, isto é, dos direitos sociais e, logo, vem acentuando as expressões questão social.

Entende-se dessa forma, que é fundamental na apreensão dos movimentos sociais, um método que apreenda o grau mais elevado de complexidade social atual e que possa acompanhar as mudanças operadas no centro das relações de produção, colocando novos desafios às lutas dos trabalhadores. Novas mediações devem ser construídas, politicamente, utilizando um método correspondente aos esforços de luta de toda a classe, contra as injustiças e exclusão social, ampliadas na ofensiva de radicalização do projeto

neoliberal, sobretudo no Brasil, a partir dos anos 1990 e que atingiu seu ponto culminante, após 2016, com a destituição antidemocrática dos governos do Partido dos Trabalhadores.

A TOTALIDADE E O COTIDIANO COMO CONCEITOS CRUCIAIS PARA A COMPREENSÃO DAS LUTAS SOCIAIS.

A perspectiva de totalidade, mais do que um conceito imprescindível a ser apreendido pela classe trabalhadora na construção de uma nova sociedade, faz parte do método de Marx para apreender a complexidade do ser social, no capitalismo maduro. Trata-se de romper o quadro de dominação e alienação do capital, instituindo coletivamente, pela teleologia, o processo de objetivação da emancipação pelo trabalho, através do rompimento do capitalismo - que Lukács entende como uma "sociedade que vive às custas do proletariado" (LUKÁCS, 2011, p. 87).

Segundo Iasi (2013), essa ruptura seria fruto da consciência que emerge das condições de superexploração do trabalho, devendo ser compreendida como um movimento que conduz até o universal concreto: uma queda do sistema social vigente - através das particularidades que o compõem ou "as manifestações particulares das contradições da ordem do capital". Tal processo implica na consciência em conhecer, antes que apenas negar, "a força estruturante da sociedade do capital, comprova", identificando a sua capacidade de "generalização." (IDEM, p. 147).

Tal importância reside em dois fatores. No capitalismo, os indivíduos que dependem do trabalho são submetidos ao fenômeno de *reificação ou coisificação*, como consequência da alienação, que está intrinsecamente ligada à forma de trabalho imposta nesse modo de produção. Além disso, também a *individualidade* é outro fenômeno predominante na sociabilidade capitalista. Esses elementos fazem com que os indivíduos deixem de se enxergarem como ser social, para absorverem o caráter egoísta imposto pela ideologia dominante - como forma de manter o modo de ser e de se ampliar. Sobre isso, Lukács (2011, p. 99) afirma que "as mesmas forças econômico-sociais que produzem e reproduzem objetivamente este inédito estado de independência não geram 'a ligação do homem com o homem', mas ao contrário, 'o isolamento do homem em face do homem'".

A falta de conexão entre os indivíduos é expressa através da ideia de que as “dores sociais” são “dores pessoais”, isto é, que os sofrimentos oriundos da opressão realizada pela classe dominante, são angústias particulares. Nesse sentido, tem-se a ausência do entendimento da totalidade, e mesmo os movimentos sociais de cunho revolucionário, em suas “tipificações” - e aqui referimos à separação entre movimentos ligados à produção, a reprodução ou a aspectos identitários - correm o risco de se autocompreenderem sem a percepção de suas interlocuções quanto ao objetivo comum: a revolução societária. Fechados nessa concepção, os homens não conseguem se içar da particularidade para perceber que o “movimento de massa” é, com efeito, “uma espécie particular de síntese dos atos práticos individuais” (LUKÁCS, 2011, p. 92).

Outra categoria importante para analisar a questão do método e a orientar a organização política da classe trabalhadora, é na visão de Lukács, o cotidiano, onde se encontram tanto as condições que levam à reificação, quanto às contradições capazes de conduzir a emancipação (IASI, 2013). Como aborda Heller (2000, p.20), a vida cotidiana está no ‘centro’ do “acontecer histórico: é a *essência* da substância social”, é “a vida do indivíduo” e sempre será *simultaneamente, ser particular e ser genérico*. A particularidade do homem se explica não apenas no “ser isolado”, mas no “ser individual”, *em-sí*. E a particularidade social da vida cotidiana é o seu fundamento como fato ontológico, cuja “unicidade e irrepetibilidade” se transformam, através de uma “assimilação da realidade social dada e, ao mesmo tempo, das capacidades dadas de manipulação das coisas; a assimilação contém em cada caso (inclusive no do homem mais primitivo) algo de momento “irreduzível”, único”.⁷ A esse título, o método é fundamental para compreender as formas de ser do indivíduo e suas particularidades como ser social.

O cotidiano é onde as violências realizadas pelo sistema capitalista são vivenciadas e combatidas, portanto, é uma base para todo o processo de passagem da consciência “em si” à consciência “para si” entre os trabalhadores, uma vez que a cotidianidade é o campo real/prático da luta entre as classes. É por meio da consciência que os indivíduos têm a possibilidade de se encontrarem enquanto ser social, seja por meio de movimentos sociais, lutas sociais ou movimentos particulares, a esfera individual encontra “sua fusão

⁷ Esclarecemos que os grifos são diretamente da fonte, onde os termos em itálico foram mantidos, como também, os apóstrofos.

de classe”, como observa Iasi (2013) ao exemplificar como uma expressão desse momento de consciência, a mobilização em torno às Jornadas de Junho⁸ de 2013 no Brasil.

As referidas Jornadas, começaram em outubro de 2012, no ato do Movimento Passe Livre (MPL) que se manifestou nas ruas de São Paulo, contra a proposta de aumento de 20 centavos da tarifa do transporte coletivo. Essa luta se iniciou localmente, como uma manifestação de um movimento e logo se tornou uma revolta popular, espalhando-se tanto em questão de localização, quanto de pauta e diversidade de correntes de pensamento, resultando no confronto interno entre grupos nas ruas. A princípio, a repressão foi protagonizada diretamente pela polícia militar, pela tropa de choque e indiretamente pela mídia e pelo Governo, que ordenava “varrer os atos”. Contudo, quando a violência policial chegou até a imprensa, os rumos da divulgação mudaram, tornando-se favorável pela grandeza das manifestações e pressionando o Governo, que cedeu à pauta do movimento em 19 de junho de 2013.

Com esse exemplo, fica mais claro compreender, como bem expõe Suzana Maia (2021)⁹, que o processo de avanço da consciência é marcado por uma crise ideológica, a partir da identificação de uma dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como elas se apresentam e se efetivam na realidade. Para essa autora, é a percepção dessas contradições que pode provocar um conflito subjetivo, o qual se potencializa a partir da vivência coletiva dessas contradições. Para tal, é essencial uma defesa das lutas sociais particulares, como as práticas cotidianas de resistência das classes subalternas, que podem se constituir, no contexto do capital, como espaços privilegiados de formação da consciência junto a indivíduos e grupos sociais.

O SERVIÇO SOCIAL E SUA ARTICULAÇÃO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS

As diretrizes curriculares de 1996, explicitam que o perfil da/do assistente social deve se caracterizar como profissional que atua, formulando e implementando propostas para o enfrentamento da questão social, através dos movimentos sociais, dentre outros espaços (MARCONSIN, 2020). De acordo com a lei de regulamentação da profissão, Lei nº

⁸ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUeRI_Q0QNg. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

⁹ O embasamento da discussão traçada neste parágrafo se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4x8S8r-kBCY>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

8.662 de 1993, apresenta-se enquanto competência da/o assistente social “prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade” (BRASIL, 1993). Esses documentos expressam e orientam a relação que o Serviço Social deve possuir com os movimentos sociais, como também, o quão fundamental é uma reflexão profunda sobre o tema - na perspectiva de classe, para a formação profissional.

Como resultado dos avanços teórico-críticos ao longo dos debates encetados pelo Serviço Social, as Diretrizes Curriculares, de 1996, deram o salto de qualidade necessária ao aprofundamento do currículo de 1982. Buscou aproximações efetivas com os movimentos sociais na prática profissional e nas lutas, mas, também, a produção de conhecimento sobre os mesmos, seu sentido histórico, seus processos, formas de participação na sociedade, etc. (MARCONSIN, 2020, p. 42).

Por ser uma profissão que atua na perspectiva da emancipação humana, cujo compromisso ético-político está ligado à classe trabalhadora e à construção de uma nova ordem societária, o Serviço Social deve dar apoio e ter ativa participação nas reivindicações sociais. Além disso, por serem meios para a luta por direitos sociais e melhores condições de vida, os movimentos sociais colocam em questão os mecanismos estatais de enfrentamento das expressões da questão social e, conseqüentemente, tensionam as próprias bases de configuração da demanda profissional do Serviço Social (MARRO, 2014 apud MARCONSIN, 2020).

Decorre da apreensão correta do método crítico na leitura da realidade, que a formação profissional prescinde de estudos e constantes atualizações acerca da dinâmica da luta de classes dentro do capitalismo, que a articulem com a atuação político-profissional das/os assistentes sociais.

A partir das diretrizes da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa (ABEPSS) em Serviço Social, de 1996, é definido como perfil de profissionais a serem formados, aquelas/es que atuam nas expressões da questão social, implementam proposta para o seu enfrentamento através de políticas sociais públicas, empresariais, da sociedade civil e movimentos sociais.

Somado a isso, é possível afirmar que são diversas e particulares as manifestações que impõe o capital às lutas sociais e movimentos que atuam nos limites e possibilidades de uma emancipação social, política e humana.

O Serviço Social reafirma frente aos usuários, na cotidianidade, um compromisso ético-político com essa perspectiva de emancipação humana. A luta social é a manifestação do ser social em luta por direitos na sociedade burguesa, em nome de um novo projeto societário, que represente avanços claros nos valores modernos progressistas da classe trabalhadora.

A interlocução com os movimentos sociais e a colaboração com os processos de mobilização e organização popular, constitui-se como estratégia possível para ação do Serviço Social, contra a forte onda conservadora de abrangência mundial, que assola hoje a vida da classe trabalhadora, e na direção do fortalecimento da perspectiva crítica (GONÇALVES; ALAGOANO, 2017, p. 75-76).

Contudo, apesar dos diversos avanços obtidos, a relação entre os movimentos sociais e o tripé ensino-pesquisa-extensão dentro do Serviço Social brasileiro, ainda é insuficiente, havendo uma lacuna quanto às contribuições teóricas para desenvolvimento de uma práxis política e profissional, com vistas à democratização da vida social, na direção acima apontada. Dentre dados positivos sobre a aproximação entre Serviço Social e movimentos sociais, Cleier Marconsin também aponta, como parte dos resultados da pesquisa "Serviço Social e Movimentos Sociais: um estudo no âmbito da formação profissional", que:

[...] em relação aos movimentos sociais, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é realizada de forma insuficiente, inclusive, nas Unidades de Ensino públicas da amostra, pois a extensão apresenta baixa produção, embora, em nosso entendimento, seja uma atividade fulcral para a materialização das articulações do Serviço Social com os movimentos sociais, no âmbito da formação. O fenômeno agrava-se nas privadas - presenciais e a distância. (MARCONCIN, 2000, p. 41).

O debate da categoria já indicava em Duriguetto (2014) e depois Gonçalves e Alagoano (2017), em consonância, que há uma fragilidade não só na produção teórica, mas também na intervenção profissional com organizações, movimentos e lutas sociais. Segundo estas últimas, a afirmação se evidencia nas análises¹⁰ de Marques e Dal Moro (2012), quanto a produção acadêmica do Serviço Social, envolvendo movimentos sociais. A pesquisa, publicada em 2012, explorou os anais dos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais

¹⁰ Gonçalves e Alagoano (2017) utilizam como referencial da pesquisa abordada o trabalho de Marques (2010), intitulado "A relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na contemporaneidade", que consta nos anais de 2010 do XII ENPSS (Rio de Janeiro), ABEPSS, [CD-ROM]. Em nosso texto, porém, utilizamos como referencial o artigo publicado no primeiro volume de 2012 da revista *Temporalis* (Brasília), de mesmo título, mas cuja autoria é de Marques e Dal Moro.

(CBAS) e dos Encontros Nacionais de pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) ocorridos entre 1995 e 2008. Foi identificado como resultado que o total de trabalhos publicados em ambos os eventos ao longo do recorte temporal determinado, foi de 6.204 e, desses, apenas 237 (3,82%) eram sobre movimentos sociais. Outro dado excruciante observado se refere a intervenção da categoria profissional junto aos movimentos sociais. A despeito de fazer parte do exercício profissional e ser objeto de estudo no Serviço Social, “[...] as publicações teóricas sobre análises e relatos de experiências de intervenção com estes sujeitos coletivos demonstram-se irrisórias, representando somente 6,1% das publicações” afirmam Marques e Dal Moro (2011, p. 39). Disso, as autoras constatarem o que Duriguetto já havia exposto: a “dificuldade do Serviço Social em tomar a sua inserção junto aos movimentos sociais como trabalho profissional” (1995, p. 145 apud MARQUES; DAL MORO; 2011, p. 39).

Em uma pesquisa mais recente, Guimarães e Marques (2019) a partir do mapeamento qualitativo/quantitativo dos temas pesquisados por seus profissionais nos anais dos ENPESS, de 2014 e 2016, constataram que apenas 6,7% do total de publicações eram referentes a produção teórica no eixo Movimentos Sociais e Serviço Social. Apesar de ser consideravelmente baixo e “muito próximo ao verificado em eventos anteriores”, em comparação à segunda metade da década de 1990 até o final dos anos 2000, é significativamente maior (GUIMARÃES; MARQUES, 2019, p. 25). Acerca dessa pesquisa, as autoras elencam as principais tendências do debate, em quatro pontos principais: i) o reconhecimento da importância da relação do Serviço Social com as lutas das classes subalternas; ii) a hegemonia da tradição marxista na produção teórico-acadêmica; iii) a extensão universitária como instrumento de articulação e atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais, e; iv) a atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais.

Os percentuais exibidos acima, evidenciam a tendência precária de relação entre a categoria profissional e os movimentos sociais, bem como, a necessidade de se dar visibilidade ao tema. Logo, elementos importantes acabam correndo risco de serem deixados de lado em algum nível da formação profissional, comprometendo em consequência, a intervenção do Serviço Social na perspectiva da emancipação humana.

Há, contudo, contribuições importantes que atentam para a questão do método, fundamentais à reflexão sobre o Serviço Social e sua articulação com os movimentos sociais. Como observa Coelho (2013, p. 139-140) diante das contradições sociais, nos

serviços sócio-assistenciais das políticas sociais, “o ritmo e a regularidade das atividades”, são intensificados e em tais condições os profissionais não encontram tempo para refletir a respeito de sua prática profissional, agindo de forma espontânea e mecânica, no “âmbito da singularidade”. Captam a realidade, “por meio da imediatividade, apreendendo o aparecer da totalidade dos fenômenos sociais, decorrendo a supervalorização da superficialidade extensiva da vida cotidiana, a fratura da realidade e, no limite, considerando-o como a-histórica”.

Duriguetto (2014, p. 275) pontua no pensamento de Gramsci, que: é próprio do caráter sócio-histórico a recorrência de conflitos entre a “consciência e o agir, entre a teoria (ou concepção de mundo) e a prática (ação)”. Essa tensão é atribuída pelo filósofo ao fato de um grupo social se apropriar, “por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção de mundo de outro grupo social”. Nas palavras do próprio filósofo italiano: “já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política?”. (GRAMSCI apud DURIGUETTO, 2014, p. 275).

O conceito de intelectual orgânico¹¹ da classe trabalhadora nos parece uma referência importante para compreender e explicar a necessidade de uma relação orgânica entre a profissão e os movimentos sociais, num processo de tomada de consciência profissional sobre as condições históricas e o caráter adequado de sua formação, na defesa de um novo projeto societário. Gramsci oferece um suporte à organização da classe trabalhadora e à recuperação do projeto socialista, que ele reconhecia ser uma resposta à crise da burguesia. O referido conceito permite ao Serviço Social elaborar o significado da prática profissional, situando seus agentes como intelectuais a serviço da população, mediante uma práxis fundamentada no pensamento de Marx, de auto-educação da classe trabalhadora, para formação de uma nova cultura, onde aqueles possam ser transformados numa relação de interação com a realidade dos usuários dos seus serviços, identificando nos mesmos a densidade da história de sua classe, na vida cotidiana. Para além da aparência coisificada, deve-se buscar o indivíduo que luta em suas bases e entender a sua história e processos de conquistas enquanto classe, respeitando a ideologia

¹¹ “[...] todo grupo social necessita da criação de uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e ‘consciência da própria função’. Assim surgem os intelectuais orgânicos que, pertencentes a uma classe, são criados para defenderem os interesses econômicos, sociais e políticos do grupo social ao qual se vinculam.” (PINHEIRO, Luci, GAMA, Taiza, 2021, p. 46).

que orienta a sua ação. Montaño e Duriguetto (2011, p. 112), tendo como base Gramsci, afirma: “É com a ação do intelectual e do “partido” que pode difundir-se a “consciência de classe”, transformar-se a “classe em si” em “classe para si”, construir-se uma “ideologia” do proletariado, definirem-se os objetivos, meios para as lutas de classe” (grifos dos autores). Ou seja, o Partido tem um papel intelectual de grande importância, na visão de Gramsci.

Entretanto, os desafios tornaram-se maiores desde a emersão política de uma radicalização **conservadora**, que no Brasil, através de um governo militarizado e defensor de posições antidemocráticas, Jair Messias Bolsonaro, evoluiu para o acirramento de um quadro conjuntural, que Abramides (2021)¹² define como: fase do capitalismo internacional, de exportação de capitais, financeirização da economia, de capital portador de juros, materializado no capital fictício, adquirindo a forma de mercadoria consubstanciada em empréstimo, a serviço do imperialismo. Como observa a autora, são tempos de crise civilizatória, nos quais há o avanço vertiginoso de uma pauta de destruição de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados e o aumento da população sobrando na lógica da acumulação.

Abramides (2021) considera que o Brasil vive hoje um período de luta de resistências, entretanto elas são “atomizadas”, o que se exige a urgência frente ao referido governo, de uma retomada de táticas e estratégias de lutas sociais classistas e autônomas, no campo da esquerda, com unidade de ação numa perspectiva anticapitalista, em direção a conquista do socialismo. Esse seria um desafio central dos movimentos sociais e populares, assumindo um papel decisivo na formação da consciência de classe.

O cenário que se formou no Brasil, requer segundo Abramides (2021), uma frente única classista de lutas para fazer o enfrentamento das forças do capital, do Estado que está inteiramente a seu serviço e do governo “fascista” vigente, que sustenta uma ordem política avassaladora do capital contra as massas trabalhadoras. Ressalta, ainda, uma necessidade de construção de programas e partidos revolucionários, como parte de um processo histórico de superação do capital e da barbárie que representa, uma vez que as ações espontâneas dispersas não levam à ruptura com a ordem burguesa. Deste modo, para a construção de uma nova ordem social libertadora da exploração e dominação de

¹² O embasamento da discussão traçada nesse ponto do texto se encontra disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4x8S8r-kBCY>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

classes, é necessário refletir sobre as melhores estratégias de combate, no curso das lutas atuais, para que se possa caminhar em frente neste projeto, que é de emancipação de toda a classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, pode-se concluir que os movimentos sociais referem-se à organização da classe trabalhadora para lutar por direitos, num processo que envolve a tomada de consciência de classe “em si” e “para si”. Existem múltiplos movimentos sociais, em resposta às diversas formas de opressão, que o capitalismo impõe aos trabalhadores em sua sociabilidade. Entretanto, a raiz dessas violências é única: o modo de produção e reprodução do capital. Os movimentos que almejam a construção de uma nova ordem societária devem possuir a capacidade de identificar nas angústias particulares da vida cotidiana, as angústias coletivas da sociedade. Para tanto, os conceitos de totalidade e cotidiano, como exigências do método de Marx, devem orientar a pesquisa científica na contribuição sobre a necessidade de articulação das/os trabalhadoras/es com as organizações de classe e interiorizar essa relação na formação e desenvolvimento da prática profissional.

Sendo assim, é importante afirmar que as relações dos movimentos sociais com o Serviço Social, além da inserção histórica da luta pela democracia no país, pelo fim da ditadura e a Constituição Federal de 1988, se mantém necessária sempre, em especial no contexto atual, de radicalização da ofensiva do capital. O desenvolvimento de uma práxis política e profissional se torna ainda mais imprescindível, com a ascensão da extrema-direita. Enfatizamos que os ajustes neoliberais intensificaram a desigualdade social, acarretando maiores índices de desemprego, de violência, de racismo e de opressões (principalmente as de gênero), não oferecendo outra saída senão à eclosão organizada dos movimentos sociais.

Nessa esteira, a/o assistente social se apresenta como profissional que, uma vez aliando-se à defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora, deve apoiar e atuar de forma articulada aos movimentos sociais. Tomando a democratização da vida social como um objetivo, o Serviço Social deve investir numa formação profissional que instrumentalize o projeto ético-político profissional e, por consequência, a práxis junto a

classe trabalhadora. Somado a isso, remarca-se que os movimentos sociais tem apresentado as mulheres como lideranças sociais, como uma característica comum, devido às grandes desigualdades de gênero à quais estão submetidas cotidianamente, impulsionando suas lutas por melhorias nas condições de vida e trabalho, como também, no campo dos valores tradicionais, em cujo processo de superação, deve-se construir uma classe mais consciente e mobilizada em resposta às exigências colocadas pelos avanços das contradições de classe e radicalização das forças do capital.

Vale ressaltar que os movimentos sociais são lutas de coletivos que possuem como finalidade uma ou diversas reivindicações na sociedade. No Brasil, a existência de diversos movimentos sociais é dada pela intensificação dos ajustes dos governos, de acordo com o receituário neoliberal. No governo de Jair Bolsonaro (2019–2022), a agenda neoliberal tem avançado de maneira brutal sobre os direitos da classe trabalhadora. Apesar de abalada, a classe trabalhadora resiste a esse processo, se organizando por meio de movimentos sociais, os quais elaboram alternativas cotidianas em busca de sobrevivência e de reprodução. A construção de uma frente única classista de lutas para fazer frente ao capital, bem como de programas e partidos revolucionários, é um caminho inexorável para o enfrentamento do estado de barbárie no qual a sociedade se encontra. Mas a execução prática dos mesmos é complexa para toda a classe, exigindo do Serviço Social um esforço de aprofundamento de sua articulação com os movimentos da classe trabalhadora, em nome de sua própria existência, como uma categoria assalariada, porém cada vez mais precarizada, na vigência do projeto neoliberal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. Trabalho e precarização numa ordem neoliberal. In: GENTIL, P. ; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada – Políticas de Exclusão na Educação e no Trabalho**. Buenos Aires: Coleção Grupos de Trabalho – CLACSO, 2000, v.1, p. 35–48.

BRASIL. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993. p.7.613. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 16 de maio de 2022.

COELHO, Marilene. **Imediatividade na Prática do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris/Serviço Social, 2013.

DURIGUETTO, Maria Lucia. A Questão dos Intelectuais em Gramsci. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, abr./jun., 2014.

Escola de Serviço Social. **Movimentos Sociais e Consciência de classe em tempos de ascensão da extrema direita**. 2021 (2h 16min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4x8S8r-kBCY&t=3s>. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

FREITAS, Thatiane Felício de. **Os rebatimentos da Reestruturação Produtiva Sobre a Classe Trabalhadora e a Questão Social**. In: 80 Anos de Serviço Social - Tendências e Desafios. CFESS/CRESS, 2016.

GONH, Maria da Glória. Teorias sobre a Participação Social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais. In: DOSSIÊ, **Cadernos CRH**, 32 (85), jan/abr. 2019.

GONÇALVES, T.C.; ALAGOANO, V. M. Serviço social e movimentos sociais. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros/MG, v.1, n. 1, jan/jul-2017. p. 66-82.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 12ª. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis** nº. 03 Brasília: ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social, 2001.

-----; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.

HELLER, Agnès. **O Cotidiano e a História**. São Paulo: 6a ed., 2020.

IASI, Mauro Luiz. Lutas sociais e Serviço Social: sobre sementes e frutos. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 147-149, jul./dez. 2013.

LENINE, V. I. As principais etapas da história do bolchevismo. In: **Obras Escolhidas em três tomos**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

LUKÁCS, G. **Socialismo e Democratização**. Escritos 1956-1971. RJ: Editora UFRJ, 2011. p.83-123.

MARCONSIN, Cleier. Serviço Social e Movimentos sociais: debatendo articulações no âmbito da formação profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 20, n. 40, p. 30-46, jul./dez. 2020.

MARQUES, M. G.; DAL MORO, M.. A Relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Temporalis** (Brasília) , v. 1, p. 48-69, 2012.

-----; GUIMARÃES, M. C. R.. Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma análise das publicações sobre o tema. **Temporalis (Brasília)**, v. 19, p. 24-36, 2019.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes. A atualidade de um debate conceitual. **Em Pauta**. Rio de Janeiro, n. 20, p. 33-55, 2007.

MONTAÑO, Carlos, DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

NETTO, J. P. (2012). Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012.

PINHEIRO, Luci Faria, GAMA, Taiza da Silva. **Convergências Históricas entre Gramsci e Lukács: reflexões sobre o intelectual orgânico e o Serviço Social**. In: Eduardo José da Silva Tomé Marques, Adriana Regina Vettorazzi Schmitt (Org.). **Serviço social: aplicação da ciência e seus antagonismos**. Ponta Grossa - PR: Editora Atena, p. 42-56, 2021.

VICE Brasil. **Jornadas de Junho de 2013**. 2018 (23min 11s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HUErL_Q0QNg. Acesso em: 29 de jan. de 2022.